

**RECURSO ADMINISTRATIVO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2015**

**PROCESSO N.º: 59540.000856/2015-13**

**RECORRENTE: ANKORA COMERCIOS E SERVIÇOS E IMPORTAÇÕES LTDA ME.**

**RECORRIDA: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**OBJETO DO RECURSO: RECLASSIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EMPRESA EM TELA NO PREGÃO ELETRÔNICO EM QUESTÃO.**

**1. Relatório:**

Mediante edital publicado conforme os trâmites legais foi iniciado o Pregão Eletrônico n.º 10/2015, objetivando a contratação de empresa especializada para “Execução de serviços continuados de limpeza, manutenção, conservação, higienização interna e externa e de jardinagem no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume -4ª/CIB, localizado no município de Neópolis, estado de Sergipe”.

No dia 15 de Dezembro de 2015, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio procederam à abertura das propostas e à disputa da licitação por meio do Pregão eletrônico.

Encerrada a fase de disputa de lances, após desclassificação de alguns licitantes, consagrou-se arrematante do certame, esta recorrente. Ocorre que na fase de habilitação a mesma foi desclassificada pelo seguinte motivo: “Não apresentou Prova de registro no Conselho Regional de Administração - CRA, em nome da licitante.

**2. Alegações da Recorrente:**

Preliminarmente traremos a baila, os dispositivos legais que servem de suporte para o pedido em epígrafe.

Constituição Federal de 1988, art. 37.

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

**XXI-** Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da



proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

LEI 8.666/93 art.19,art. 30 e 40 § 3º, Acórdão 906/2012 Plenário

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Para fins de habilitação a administração pública estará limitada à exigir dos licitantes os documentos previstos invocados sob pena de desrespeito ao princípio da legalidade e igualdade de condições.

Qualquer exigência que extrapole ao texto do art. 30 da Lei 8.666/93§ 3º será considerada ilegal. Quanto ao cumprimento dos dispositivos do edital limitar-se a exigir do licitante apenas o que está previsto em lei, especificando e detalhando o objeto de forma completa e suficiente para não restar dúvidas contratando aquilo que atenda as suas necessidades. Para o caso em tela esta recorrente, comprovou que as atividades constantes em seu contrato de constituição registrada na Junta Comercial do Estado de Sergipe, é compatível com o objeto licitado e juntou documentos que comprovam sua capacidade técnica operacional no desempenho de atividades anteriores sem nenhuma restrição, e atendeu ao item 13.0 do Edital, se não vejamos:

### 13.0 - DA HABILITAÇÃO:

13.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta por item, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

#### 13.1.1. Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira:

a) Verificação, on line, junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e SEGURIDADE SOCIAL - INSS), e da habilitação parcial (RECEITA ESTADUAL e RECEITA MUNICIPAL).

a.1) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto ao SICAF, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;

a.2) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, deverão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 4ª/SL, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

b) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Declaração de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, de que não está impedida de licitar ou contratar com a Codevasf, e de que se encontra em situação regular perante o Ministério



do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO I, parte integrante deste Edital;

d) Certidão Negativa de Pedido de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo Cartório de distribuição da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo Cartório de distribuição do domicílio da pessoa física;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor

f) Termo de Vistoria (ANEXO II), a ser realizada pelo Responsável Técnico ou Preposto da empresa, devidamente credenciado, através de procuração, comprovando que a licitante visitou as dependências do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura do Betume – 4ª/CIB, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços.

g) Prova de registro no Conselho Regional de Administração - CRA, em nome da licitante;

h) Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração – CRA, comprovando que a licitante executou serviços similares aos do objeto desta licitação;

A desclassificação da requerente não possui amparo legal, uma vez que a mesma encontra-se desobrigada por força da lei a manter registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Sergipe conforme decisão do Des. Federal Dr. FRANCISCO WILDO (cópias de decisão em anexo).

Quando se invoca a tutela jurisdicional, busca-se o reconhecimento do direito com a conseqüente atuação concreta da lei. O que se pode observar é que o descumprimento de ordem judicial traz, juntamente com os prejuízos de ordem material, uma total desconfiança em relação ao Estado de Direito. O Judiciário, segundo determinado na Constituição Federal, é um Poder independente, desvinculado e autônomo ( art. 2º CF).

Sabe-se que as ações se classificam em ações de conhecimento, de execução e cautelar. Interessam ao presente estudo, em razão do resultado prático, a ação de execução e a cautelar. A ação de execução, posto que visa obter o cumprimento de uma obrigação proveniente de uma sentença ( art. 584 do CPC) ou de um documento ao qual a lei dá força executiva ( art. 585 do CPC), e a ação cautelar, cuja finalidade é a obtenção de medidas rápidas e provisórias para garantia do processo principal, seja ele de conhecimento ou uma execução.

A lei 8666/93 veda praticas que restringiam ou frustram indevidamente o caráter competitivo, art. 3º paragrafo I (é vedado aos agentes públicos prever incluir, ou tolerar nos atos de convocação cláusula ou condições que comprometam restrinjam ou frustram o seu caráter competitivo).

Neste caso, objeto licitado é claro e as atividades a serem desempenhadas pelos postos de serviços já são de conhecimento desta licitante, ademais a sua proposta comercial além de atender ao art. 3º da lei 8666/93, a mesma atende a toda execução contratual isto é o preço é o real de mercado o que pode ser analisado como exequível comparado ao valor da proposta da empresa declarada vencedora, que promove processo de majoração.

Toda via o detalhamento cingi Cia-se às características necessárias ao atendimento da demanda administrativa sem direcionar, favorecer ou beneficiar qualquer interesse particular.

A lei incentiva o caráter competitivo com o aumento do universo de competidores propiciando dessa forma a obtenção da proposta mais vantajosa, a administração. Então o universo de competidores será franqueado a quem tenha reais e comprovadas condições de realizar o objeto licitado, porém não é permitido exigir dos licitantes documentos de participações não autorizados pela lei.

Estabelecer obrigatoriedade de apresentação de inscrição do CRA/SE objetivando a contratação de serviços de limpeza e conservação predial ao que está sendo licitado é considera ilegal, uma vez que decisoes judiciais desobriga a exigencia de tal registro por parte da Administração Publica Federal , Estadual e Municipal. Portanto as exigências deveram limitar-se a disposição da lei, as demais exigências demasiada e não prevista na norma, acabará frustrando ou restringindo a competitividade.

A regra descrita na norma legal vigente permite exigir do licitante apenas a prova de que ele tem condições efetivas e reais de cumprir o objeto da licitação. O desempenho anterior do licitante deverá comprovar sua aptidão técnica para exercer atividades da sua natureza e semelhantes ao que está sendo licitado, vedada quaisquer exigências que limite sua participação na licitação.

### 3. Do Direito:

O objeto licitado trata-se de prestação de serviços de empresa especializada para **Execução de serviços continuados de limpeza, manutenção, conservação, higienização interna e externa e de jardinagem no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume -4º/CIB, localizado no município de Neópolis, estado de Sergipe.** Conforme objeto licitado e visitando a Decisão Judicial esta requerente encontra-se amparada por lei assim desobrigada a manter seu registro no CRA/SE.

A finalidade precípua da licitação é garantir a observância do principio da isonomia para a seleção da proposta mais vantajosas à Administração Pública. É essa seleção é que deve ser feita sobre a égide dos princípios da legalidade, impressionabilidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, Vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objeto e dos que são correlatos, que a lei nº 8.666/93§ 3º denominada “básicos”.

Conforme lição do egrégio Prof. Marçal Justen Filho:



**“Em qualquer caso, a decisão de desclassificação exige plena, cumprida e satisfatória fundamentação. A Administração deve indicar, de modo explícito, os motivos pelos quais reputa inadmissível uma proposta. Não basta a simples alusão ao disposto violado ou fundante de desclassificação”.**

Isto posto, flagrante se faz a ilegalidade contida em tal decisão, na medida em que, descumpra a determinação judicial do TRF exarada pelo DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO WILDO contraria completamente a determinação do Art. 3º, caput e § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, Vejamos:

**“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em escrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoabilidade, de moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.**

**§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

**I-admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometem, restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato: (grifo nosso)”.**

O objeto legal é, sem dúvida, o de ampliar a gama de participantes nas licitações públicas.

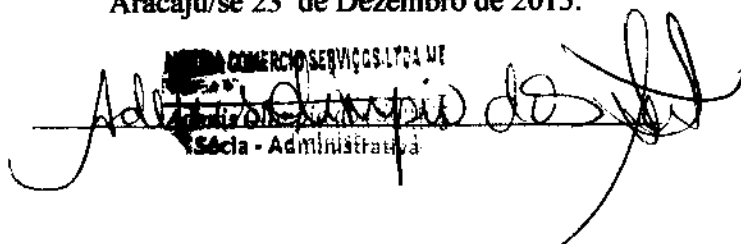
A partir do momento em que fomos declarados inabilitados, agiu-se exatamente ao contrário do que a Lei protege, visto que, a exclusão de maneira injusta, acarretou na falta do melhor preço para a administração pública.

#### **4. Do requerimento:**

Por todo exposto requer a recorrente, que seja reconsiderada a decisão, objeto do presente inconformismo, deliberando pela a habilitação da empresa ANKORA COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÕES LTDA ME, no pregão eletrônico nº 10/2015.

REQUER, ainda, caso não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, que sejam enviadas as presentes razões à apreciação da autoridade e hierarquicamente superior, para fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do Art. 109 da Lei Federal 8.666/93, podendo, inclusive a recorrente fazer uso, se necessário da prerrogativa constante no parágrafo 1º, do Art. 113, da supracitada Lei.

Aracaju/se 23 de Dezembro de 2015.

  
ANKORA COMERCIO SERVIÇOS LTDA ME  
Sócio - Administrativa



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO WILDO**

**REMESSA EX OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL Nº 378262/SE (2000.85.00.007295-7)**  
**PARTE A : SEAC-SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO**  
**DO ESTADO DE SERGIPE**  
**ADV/PROC : ANTONIO SOARES SILVA JÚNIOR E OUTROS**  
**PARTE R : CRA/SE - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE**  
**SERGIPE**  
**ADV/PROC : FERNANDO ANTONIO RIOS BASTO E OUTRO**  
**ORIGEM : 3ª VARA FEDERAL DE SERGIPE**  
**RELATOR : DES. FED. FRANCISCO WILDO**

**RELATÓRIO**

**O Sr. Des. Fed. FRANCISCO WILDO (Relator):**

Trata-se de remessa oficial de sentença que julgou procedente ação declaratória objetivando a declaração de inexistência de obrigatoriedade de registro de seus filiados junto ao Conselho Regional de Administração, em face da sua ausência de previsão legal.

Entendeu a sentença que se tratando de empresa de limpeza, asseio e conservação, conclui-se que a atividade preponderante, bem como a natureza dos serviços prestados a terceiros não estão elencados na norma de regência do Conselho Regional de Administração, inexistindo, então, a obrigatoriedade de registro na Autarquia supracitada, pois este ofício é utilizado, tão somente, como meio de aquisição da atividade-fim da empresa.

Não foi apresentado recurso voluntário.

Duplo grau obrigatório.

É o relatório.



PARTE R : CRA/SE - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE  
SERGIPE  
ADV/PROC : FERNANDO ANTONIO RIOS BASTO E OUTRO  
ORIGEM : 3ª VARA FEDERAL DE SERGIPE  
RELATOR : DES. FED. FRANCISCO WILDO

### VOTO

O Sr. Des. Fed. FRANCISCO WILDO (Relator):

A r. sentença a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Uma empresa que explora atividade de prestação de serviço de limpeza e conservação seguramente desenvolve atividades que, se encaradas isoladamente, a submeteriam a um número infindável de órgãos profissionais, o que tornaria impossível ou extremamente difícil o exercício dessa atividade, na contramão do interesse público pelo exercício normal da atividade econômica de emprego, que deve ser o interesse maior buscado pela lei. Por isso, tem-se entendido que somente a atividade principal exercida pela empresa se submete à fiscalização e ao controle do Conselho Profissional respectivo.

Nesse sentido, registrei em despretensiosa obra:

"No que se refere ao registro obrigatório de empresas nos respectivos Conselhos Profissionais, a regra geral tem sido que ele se dá em razão da atividade básica da empresa ou pela prestação de serviços profissionais a terceiros, mas não pela eventual utilização desses serviços como meio de atingir objeto social distinto". ("Manual Jurídico da Empresa", Ed. Brasília Jurídica, Brasília, 1998, p. 327).

Esse entendimento se encontra sedimentado no seio da jurisprudência de nossos Tribunais, como se colhe do precedente que transcrevo:

"1. O que determina a obrigatoriedade do registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, é a atividade básica ou em relação à qual prestam serviços a terceiros (art. 1º da Lei nº 6.839/80). 2. Não está sujeita a inscrição no Conselho Federal ou Regional de Medicina Veterinária, desse modo, a Fundação Universidade de Brasília, pela circunstância



portanto, não está obrigada, por força de Lei, a conservar em seu quadro de profissionais um químico, pelo motivo de que não exerce atividade básica relacionada à química. Ademais, o Decreto nº 85878/81, que regulamenta a profissão de farmacêutico, no seu art. 2º, inc. II, possibilita a este profissional o tratamento e controle da água de piscina, excetuando, apenas, a hipótese de necessidade de emprego de reações químicas controladas ou operações unitárias. Assim sendo, possuindo o Clube recorrido um profissional de farmácia, no seu quadro de funcionários, de qualquer modo desprovida de apoio a pretensão recursal, porque a duplicidade de registro "é impedida pelo próprio Ministério do Trabalho, a quem incumbe administrar as atividades dos Conselhos Regionais de registro profissional, conforme despacho MTb nº 322391/86", fato este ressaltado pelo em. Ministro José Delgado, nos autos do RESP nº 371797, in DJ de 24.04.2002. Recurso Especial não conhecido, quer pela alínea "a" ou pela alínea "c" do inc. III do art. 105 da Constituição Federal. (STJ - RESP 383314 - SC - 2ª T. - Rel. Min. Paulo Medina - DJU 02.12.2002)"

Nesse sentido foi o entendimento adotado pela eg. Segunda Turma desta Corte, em voto da lavra do então Des. Fed. José Delgado, ora ilustre Ministro do col. STJ, cuja decisão encontra-se assim ementada:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA. LICITAÇÃO. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. REGISTRO NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE AGRONOMIA. DESNECESSIDADE. APELO E REMESSA "EX OFFICIO" IMPROVIDOS.





que prestam serviços comuns, cuja atividade não se exige habilitação própria.

4. Preliminar de falta de interesse de agir rejeitada, conquanto não tenha sido a apelada vencedora da licitação, o objetivo do mandado de segurança foi assegurar-lhe, simplesmente, sua participação no certame.

5. Apelação e remessa oficial, tida como interposta, improvidas. (AMS 50521/AL, j. em 22.08.1995, DJU 10.11.1995).

Sem reparos, pois, a r. sentença *a quo*, uma vez que as filiadas não exercem atividade que as obriguem a se inscrever no CRA.

Por tais fundamentos, nego provimento à remessa oficial, para manter integralmente a r. sentença *a quo*.

É como voto.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO WILDO**

**REMESSA EX OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL Nº 378262/SE (2000.85.00.007295-7)**  
**PARTE A : SEAC-SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**ADV/PROC : ANTONIO SOARES SILVA JÚNIOR E OUTROS**  
**PARTE R : CRA/SE - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**  
**ADV/PROC : FERNANDO ANTONIO RIOS BASTO E OUTRO**  
**ORIGEM : 3ª VARA FEDERAL DE SERGIPE**  
**RELATOR : DES. FED. FRANCISCO WILDO**

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CRA). DESCABIMENTO.

- Tem-se firmado com o princípio geral de direito administrativo que é a atividade principal da empresa, segundo expresso no contrato social, que define em qual Conselho Profissional ela deve ser inscrita, para fins de fiscalização e controle.
- A empresa voltada para prestação de serviço de conservação e limpeza presta serviço comum, não estando, assim, obrigada a registrar-se no Conselho Regional de Administração. Imposição constante na norma editalícia que deve ser afastada.
- Precedentes
- Remessa oficial desprovida.

**ACÓRDÃO**

Vistos, etc.

Decide a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do Relatório, Voto e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 16 de fevereiro de 2006.  
(Data de julgamento)

**Des. Fed. FRANCISCO WILDO**  
**Relator**

